



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

01 de setembro de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 04 / 09 / 2017	Página 9	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Bom Jardim Ex-diretora de escola é denunciada por irregularidades na aplicação de recursos públicos

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, no último dia 23, Denúncia contra a professora Nadir Cardoso Lima, ex-diretora da Escola Básica Dinare Feitosa, devido a irregularidades na aplicação das verbas orçamentárias do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), repassadas ao Município de Bom Jardim entre os anos de 2013 e 2015.

De acordo com a Promotoria de Justiça da comarca, somente de março de 2013 a abril de 2014, foram transferidos para a conta da escola R\$ 105.439,75, destinados aos subprogramas Atleta na Escola, Manutenção Escolar e Mais Educação Integral, vinculados ao PDDE. O programa objetiva ceder recursos para financiar o custeio das necessidades prioritárias das escolas públicas, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino.

Conforme as investigações demonstraram, a maior parte dos comprovantes de gastos são ideologicamente falsos e, quando verdadeiros, não há provas de que os produtos foram realmente enviados à escola.

Ouvida pelo promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira, titular

da Promotoria de Bom Jardim, a ex-gestora garantiu que aplicou os recursos corretamente e que, embora não tivesse a documentação referente à prestação de contas na data do depoimento, se comprometia a apresentá-la em outro momento ao Ministério Público. “Da análise de tais documentos, verifica-se que foram produzidos na ânsia desesperada de se justificar o mau uso das verbas públicas”, rebateu o promotor de justiça.

Uma das notas fiscais apresentadas, no valor de R\$ 2.450,00, trata da aquisição de 70 cadeiras plásticas. No entanto, a atual diretora da Escola Básica Dinare Feitosa, Josilene Vasconcelos, informou em depoimento à Promotoria que não existe na unidade de ensino nenhuma cadeira de plástico. Ela lembrou, ainda, que as verbas do PDDE não são destinadas à aquisição de cadeiras, cabendo ao próprio Município tal responsabilidade.

Na Denúncia, o Ministério Público requer o enquadramento da ex-gestora nos crimes de peculato, estelionato, falsidade ideológica e emprego irregular de verbas públicas, descritos no Código Penal brasileiro.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 01 / 09 / 2017	Página 8	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Audiência pública debate rumos da educação pública em São Luís

Foi realizada na manhã dessa quinta-feira (31), no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, a audiência pública “Por uma educação pública efetiva”, com objetivo de discutir os rumos da educação no município de São Luís.

Organizada pelo Ministério Público do Maranhão, por meio das Promotorias de Justiça de Defesa da Educação da capital, a audiência contou com uma grande participação de professores, estudantes, parlamentares, conselheiros tutelares, gestores da educação e membros do MPMA.

O Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público Municipal de São Luís (Sindeducação), que lidera uma greve da categoria por reajuste salarial de 7,64% e reposição das perdas de 2013 a 2016, equivalentes a 16,7%, também esteve presente no evento. Na abertura dos trabalhos, a procuradora-geral de justiça em exercício, Mariléa Campos dos Santos Costa, deu as

boas-vindas aos participantes e desejou êxito às discussões. Em seguida, o promotor de justiça Paulo Avelar, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Educação de São Luís, explicou os motivos da realização do evento e detalhou a metodologia a ser adotada nas discussões, para que os participantes apresentassem as demandas do setor educacional. “Nossa meta principal é ouvir a sociedade e as explicações das autoridades competentes, para, juntos, encontrarmos saídas para os problemas mais urgentes e apontarmos proposições para a melhoria da qualidade do ensino”, afirmou.

O membro do Ministério Público indicou as ações que as Promotorias da Educação têm adotado diante dos principais problemas diagnosticados nas escolas públicas de São Luís. Entre os itens mais urgentes, ele apontou as questões de infraestrutura e das obras paralisadas ou em atraso nas escolas, a carência

de bibliotecas, quadras poliesportivas, laboratórios e as deficiências na segurança, transporte e alimentação escolar.

Titular da 2ª Promotoria da Educação, a promotora de justiça Luciane Bello reforçou que existem 129 procedimentos extrajudiciais que objetivam a resolução de demandas na educação, sendo que desses 27% tratam da precariedade na infraestrutura das escolas.

REIVINDICAÇÕES

Entre os professores da rede municipal de São Luís na audiência, as principais reclamações tratavam, além das condições precárias das escolas, do fechamento das negociações pela Secretaria Municipal de Educação na atual greve da categoria. Os participantes reivindicavam do secretário Moacir Feitosa, presente no evento, a reabertura das discussões.

Para a presidente do Sindeducação, Elisabeth

Castelo Branco, as soluções para os problemas da educação municipal passam pela correta aplicação dos recursos destinados ao setor. Ela protestou contra os atrasos nas obras de reformas das escolas e da construção de creches.

O secretário Moacir Feitosa respondeu aos presentes, afirmando que reconhece as dificuldades enfrentadas pela rede municipal de ensino, mas disse que a gestão está trabalhando para solucionar as questões mais urgentes. Ele garantiu que já foram reformadas 59 escolas e que existem mais 40 com obras em andamento. “Os problemas ainda são grandes, mas estamos trabalhando fortemente para mitigá-los”, disse.

O secretário de estado da Educação, Felipe Camarão, elogiou o Ministério Público pela iniciativa da audiência e também respondeu aos participantes sobre demandas da rede estadual.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 01 / 09 / 2017	Página 3	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Propina em Açailândia

Dez políticos de Açailândia, que eram vereadores em 2013, foram acionados pelo MP, por supostamente terem recebido propina de R\$ 5 mil cada um, para votar na Câmara Municipal pela aprovação de um projeto de lei que concedeu incentivos fiscais à siderúrgica Gusa Nordeste. São alvo da ação civil pública Anselmo Leandro Rocha, Bento Vieira Sousa (o 'Bento Camarão'), Diomar da Silva Freire, Fábio Pereira da Cruz, José Pedro Coelho Júnior

Forró investigado

O Ministério Público de Dom Pedro investiga a origem da verba que bancará o denominado Festival de Verão, evento de forró a ser realizado na cidade nos dias 3 e 4 próximos. A prefeitura de Dom Pedro é comandada desde janeiro pela vereadora Rosa Nogueira (PSDC), enquanto não se resolve a pendenga que deixou sub judice a eleição municipal de 2016 – vencida por Hernando Macedo (PCdoB).



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia <input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado</i>
DATA <i>01/09</i> / 2017	Página <i>6</i>	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Satubinha Ex-prefeito é condenado a devolver mais de R\$ 1,5 milhão aos cofres públicos

O juiz Felipe Soares Damous, da Comarca de Pio XII, condenou o ex-prefeito de Satubinha, Antônio Rodrigues de Melo, em ação civil pública por ato de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público Estadual, pela prática de atos atentatórios aos princípios da Administração Pública.

O ex-prefeito foi condenado a ressarcir ao erário dano no valor de R\$ 1.602.904,14 (um milhão, seiscentos e dois mil, novecentos e quatro reais, e quatorze centavos); a suspensão dos direitos políticos por sete anos; ao pagamento de multa civil, correspondente ao valor do dano e à proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de cinco anos.

Segundo a denúncia do Ministério Público, o ex-prefeito teve suas contas do exercício financeiro de 2007, relativas à Administração Direta, desaprovadas pelo Tribunal de Contas Estadual (TCE), pelas seguintes irregularidades: prestação de contas incompleta; não arrecadação de tributos; divergência no fluxo de caixa; receitas não comprovadas e contabilizadas; ausência de processo licitatório; ausência de comprovação de despesas; despesas empenhadas em duplicidade e ausência de encaminhamento do comprovante de recolhimento das contribuições previdenciárias efetuadas.

Em sua defesa, o ex-prefeito alegou ausência de dolo ou má-fé nas condutas verificadas, pedindo a improcedência da demanda, acrescentando que a Câmara Municipal de Satubinha aprovou as suas contas, o que para ele invalidaria a alegação de cometimento de ato de improbidade administrativa. No entanto, não refutou documentalmente, na defesa prévia, na contestação ou na instrução processual, o processo do TCE que acompanha os autos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 01 / 09 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Bacabal

O Ministério Público Eleitoral praticamente encaminhou o processo relacionado à Prefeitura de Bacabal.

Parecer dos procuradores no TSE entende que o prefeito Zé Vieira (PR) é inelegível, não podendo, portanto, ter sido eleito.

O posicionamento do MPE dá novo fôlego ao projeto do deputado Roberto Costa (PMDB) de assumir o comando do município.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 01 / 09 2017	Página 5	<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Vereadores acusados de receber propina

Segundo o Ministério Público, políticos receberam dinheiro para aprovar projeto de lei que concederia concessão de incentivos fiscais à empresa Gusa Nordeste S/A

Doze pessoas foram acionadas pela 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Açailândia. O motivo: um suposto pagamento de propina a vereadores, ocorrido em 2013, visando à aprovação de um projeto de lei para a concessão de incentivos fiscais à empresa Gusa Nordeste S/A.

São alvo da ação os então vereadores Anselmo Leandro Rocha, Bento Vieira Sousa (conhecido como "Bento Camarão"), Diomar da Silva Freire, Fábio Pereira da Cruz, José Pedro Coelho Júnior ("Professor Pedro"), José Vagnaldo Oliveira ("Pastor Vagnaldo"), Luiz Carlos Silva ("Carlinhos do Fórum"), Márcio Aníbal Gomes Vieira, Maria de Fátima Silva Camelo e Sergiomar Santos de Assis. Também figuram na ação a empresa Gusa Nordeste S/A, o seu diretor Ricardo Nascimento Carvalho, a empresa Metal X - Indústria, Comércio e Serviços LTDA - EPP e a sua sócia-proprietária Josélia Santos.

Investigações

As investigações do Ministério Público do Maranhão apontaram que, em 19 de dezembro de 2013, os dez vereadores teriam recebido, cada um, R\$ 5 mil para votar o projeto de lei concedendo incentivos à Gusa Nordeste S/A. De fato, o projeto foi aprovado, por unanimidade, na noite do mesmo dia. A propina teria sido paga com



Promotoria de Justiça da Comarca de Açailândia acusa vereadores de receber propina

cheques, descontados "na boca do caixa" por pessoas próximas aos vereadores. Os cheques seriam da empresa Metal X, que recebeu, por meio de transferência bancária feita, também, em 19 de dezembro, R\$ 50 mil da Gusa Nordeste S/A. Outra transferência, no mesmo valor, foi feita no dia seguinte.

Pedidos

Dos 10 vereadores citados na ação, três se reelegeram em 2014 e continuam na Câmara Municipal de Açailândia: Anselmo Leandro Rocha, Márcio Aníbal Gomes Vieira e Luiz Carlos Silva. Por isso, a Ação proposta pelo Ministério Público do Maranhão pede o imediato afastamento deles do cargo.

Além disso, a ACP requer a condenação de todos os envolvidos por improbidade administrativa. Entre as penalidades previstas estão a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar ou receber benefícios do Poder Público, mesmo que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

As penalidades previstas para as empresas envolvidas são a perda dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito obtidos da infração, suspensão ou interdição parcial de suas atividades, dissolução compulsória da pessoa jurídica e multa, no valor de 0,1% a 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos. Esse valor nunca poderá ser inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

Além de improbidade administrativa, a conduta dos empresários e vereadores também configura crime, o que levou a 1ª Promotoria de Justiça de Açailândia a ingressar, ainda no último dia 24, com uma Ação Penal Pública.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 01 / 09 / 2017	Página 3	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Ex-prefeito condenado

O ex-prefeito de Satubinha Antônio Rodrigues de Melo, foi condenado a ressarcir ao erário dano no valor de mais de R\$ 1,6 milhão, além de ter suspensos seus direitos políticos por sete anos, pagar multa civil e ser proibido de contratar com o poder público por 5 anos.

O ex-prefeito teve suas contas do exercício de 2007 desaprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 01 / 09 / 2017	Página 1	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

JUSTIÇA FEITA

Júri popular condena autor de feminicídio

DOUGLAS CUNHA

Homem que matou esposa em dezembro do ano passado, próximo ao povoado Arapiranga, no município Serrano do Maranhão, na Baixada maranhense, foi condenado a uma pena de reclusão. O juiz Douglas Lima da Guia, titular da Vara de Cururupu, presidiu uma sessão do tribunal do júri, na qual o réu Edinaldo Silva, acusado de ter matado a própria esposa, Valdirene Santos Silva, foi considerado culpado, por maioria de votos, pelo Conselho de Sentença e recebeu a pena de 13 anos de prisão, a ser cumprida em regime fechado, inicialmente.

Conforme denúncia do Ministério Público, o feminicídio aconteceu na estrada do povoado Arapiranga, pertencente ao Município de Serrano do Maranhão, termo judiciário de Cururupu. Após ter passado o dia bebendo, Edinaldo convidou a esposa Valdirene Santos Silva para irem a uma festa que ocorreria no povoado quilombola Boa Esperança 2. Relata ainda o MP, que no deslocamento para o local da festa, o acusado tirou a vida da mulher sem qualquer

motivo aparente, atingindo-lhe com golpes de faca na região do tórax, causando a morte imediata. Edinaldo Silva foi pronunciado em 17 de Maio de 2017.

“O simples fato de ser uma mulher, o sujeito passivo de um crime de homicídio, não é suficiente para caracterizar o feminicídio, que foi introduzido no ordenamento jurídico por meio da Lei 13.104/2015. O crime somente estará configurado se ocorrer uma forma extrema de violência contra a mulher, levando-a à morte, sendo perpetrada num contexto de violência de gênero. Portanto, tratar-se-ão de homicídios que ocorram em situações em que o agressor mate a mulher numa atitude de exercício de um suposto direito de posse ou de domínio pleno sobre a vítima”, explica o juiz Douglas da Guia.

Participaram do julgamento o promotor de Justiça Francisco de Assis Silva Filho, o advogado José Ribamar Ramos Machado (assistente de acusação) e a advogada Ana Lúcia de Sousa Araújo, defensora dativa do acusado. A sessão do Tribunal do Júri foi realizada no dia 30 de agosto, no auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Cururupu.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 01 / 09 / 2017	Página 3	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

IMPROBIDADE

O juiz Felipe Soares Damous, da Comarca de Pio XII, condenou o ex-prefeito de Satubinha, Antônio Rodrigues de Melo, em ação civil pública por ato de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público Estadual, pela prática de atos atentatórios aos princípios da Administração Pública.

O ex-prefeito foi condenado a ressarcir ao erário dano no valor de R\$ 1.602.904,14 (hum milhão, seiscentos e dois mil, novecentos e quatro reais, e quatorze centavos); à suspensão dos direitos políticos por sete anos; ao pagamento de multa civil, correspondente ao valor do dano e à proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de cinco anos.

Segundo a denúncia do Ministério Público, o ex-prefeito teve suas contas do exercício financeiro de 2007, relativas à Administração Direta, desaprovadas pelo Tribunal de Contas Estadual (TCE), pelas seguintes irregularidades: prestação de contas incompleta, não arrecadação de tributos, divergência no fluxo de caixa, receitas não comprovadas e contabilizadas, ausência de processo licitatório, ausência de comprovação de despesas, despesas empenhadas em duplicidade e ausência de encaminhamento do comprovante de recolhimento das contribuições previdenciárias efetuadas.

Em sua defesa, o ex-prefeito alegou ausência de dolo ou má-fé nas condutas verificadas, pedindo a improcedência da demanda, acrescentando que a Câmara Municipal de Satubinha aprovou as suas contas, o que para ele invalidaria a alegação de cometimento de ato de improbidade administrativa. No entanto, não refutou documentalmente, na defesa prévia, na contestação ou na instrução processual, o processo do TCE que acompanha os autos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 01 / 09 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Sefaz cancela quatro empresas fantasmas por sonegação de ICMS

A Secretaria Estadual de Fazenda (Sefaz) cancelou do cadastro do Imposto sobre as Operações de Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) o registro de quatro empresas fantasmas que estavam sendo utilizadas para comercializar bens sem pagar o tributo. Juntas, as empresas realizavam movimentos milionários, totalizando R\$ 30 milhões, sem o pagamento do imposto. A iniciativa é parte do trabalho de fiscalização do Governo do Maranhão para combater a sonegação de ICMS no estado.

Uma das empresas canceladas era supostamente situada na cidade de Imperatriz e as outras três na zona rural de São Luís. Para uma delas foi solicitado cadastro na Sefaz mediante declaração de que sua principal atividade seria a comercialização de óleos e gorduras, com capital social de R\$ 100 mil. Uma das empresas que indicou como endereço o Distrito Industrial de São Luís, no Maracanã, informou que suas

atividades estariam concentradas, supostamente, na fabricação de fios, cabos e condutores elétrico isolados, com capital social de R\$ 90 mil reais. Outras duas empresas também indicaram como endereço o Distrito Industrial de São Luís, com capital de R\$ 100 mil e R\$ 778 mil, respectivamente, informando como atividades a industrialização para recuperação de materiais metálicos.

Não foram encontrados pela vistoria da Sefaz, os estabelecimentos nos endereços informados no cadastro de contribuintes do ICMS (CAD/ICMS). Nas localidades, apenas terrenos baldios.

COMBATE À SONEGAÇÃO

Somente em 2017, a Sefaz identificou e cancelou o cadastro de 94 empresas, após 171 vistorias realizadas pelos fiscais do Corpo Técnico de Fiscalização de Trânsito de Mercadorias da secretaria, que confirmou o endereço de apenas 77 empresas, 45% do total.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 01/09/2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	



Adriano Sarney, Eduardo Braide e Wellington criticaram ação de Dino

Oposição quer TCE no caso do Fepa

Deputados entendem que desvio de R\$ 29 milhões dos aposentados é redefinição de recursos e finalidade

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

O deputado Eduardo Braide (PMN) protocolou ontem, na Mesa Diretora, requerimento pedindo que a Assembleia Legislativa solicite do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério da Fazenda pareceres sobre a legalidade, ou não, do remanejamento de R\$ 29 milhões do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (Fepa) para a Secretaria da Infraestrutura (Sinfra).

O redirecionamento dos recursos, segundo Braide, vai de encontro ao que determina a Previdência Social, responsável por regulamentar os regimes de previdência social, a exemplo do Maranhão.

“Tenho em minhas mãos as regras de contabilidade dos regimes próprios da Previdência Social, da

INVESTIGAÇÃO

Adriano dá apoio

O deputado Adriano Sarney (PV) comentou disse apoiar a busca por mais informações. Segundo ele, os servidores - aos quais pertencem os recursos do Fepa - são os maiores interessados em preservar o patrimônio do Fundo.

Secretaria da Previdência do Governo Federal dizendo que isso não era possível e tenho outros entendimentos no mesmo sentido, ou seja, afirmando a ilegalidade do Decreto 33.192, que retirou R\$ 29 milhões do Fepa”, disse. ●

Sousa quer provas de licença de ‘fantasma’

Deputado afirmou que servidora Alana Lopes Coelho está desde dezembro recebendo sem trabalhar

O deputado estadual Sousa Neto (PROS) cobrou do secretário de Estado da Saúde, Carlos Lula, prova material de que a servidora Alana Valéria Lopes Coelho Almeida - denunciada como “funcionária fantasma” - está licenciada do cargo na estrutura da Saúde.

O caso foi denunciado ao Ministério Público do Maranhão, pelo parlamentar, no início da semana. De acordo com Sousa, que protocolou representação contra o governador Flávio Dino (PCdoB) e Carlos Lula, a servidora está desde o mês de janeiro deste ano sem dar expediente no local.

“O Diário Oficial do dia 9 de dezembro de 2016 diz que a servidora está afastada pelo prazo de 15 dias para tratamento de saúde. O que diz a Constituição Federal: ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outros cargos temporários ou de emprego público, aplica-se o regime de Previdência Social, ou seja, se é descontado no contracheque da servidora o INSS de R\$ 608,44, por que é o Estado que está pagando e não o INSS?”, questionou.

Sousa Neto também cobrou a apresentação do ofício da servidora

pedindo o afastamento e o laudo médico exigido em lei.

“Eu fui procurar o Estatuto do Servidor do Estado do Maranhão e o que diz o estatuto? Da licença para tratamento de saúde, artigo 123: a licença para tratamento de saúde será concedida a pedido ou de ofício, no caso da servidora, com base em perícia médica e duração que for indicada no respectivo laudo. Desde dezembro do ano passado que ela está sem prejuízo à remuneração. Cadê a perícia, que eu estou perguntando, e até agora não apareceu?”, completou.

Sousa Neto afirmou que quem deu a licença à servidora, foi a subsecretária de Saúde e não a junta médica do Estado, como determina a lei.

“Sabe quem deu o afastamento e a licença? A subsecretária Carla Sueily da Conceição Trindade. Isso já é ilegal, e o pior, diz o artigo 118, parágrafo 1º: as licenças médicas previstas nos Incisos 1, 2 e 3 serão precedidas de exames pela junta médica oficial do Estado, que não tem laudo, não tem nada. Fica vedado, ao beneficiário o exercício de qualquer atividade remunerada durante o período de licença”, revelou o parlamentar. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 01 / 09 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Renan Calheiros critica incoerência da PGR ao livrar Flávio Dino

Segundo senador, procurador Rodrigo Janot age com "dois pesos e duas medidas", dependendo do político implicado em delações na Lava Jato

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) fez ontem, durante discurso na tribuna do Senado, uma comparação entre o tratamento dado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) a delações que envolvem o seu nome e o dispensado àquelas que envolvem o governador do Maranhão Flávio Dino (PCdoB).

Ao refletir sobre os institutos da colaboração premiada - classificada por ele de importante instrumento de obtenção de provas -, ele acredita que o método vem sendo desvirtuado para atender a interesses pessoais e políticos.

Renan afirmou que autoridades do Ministério Público Federal, com o intuito de retaliar políticos com os quais não têm afinidade, não levam em conta as garantias constitucionais e, por meio de prisões ilegais ou pela geração de pavor, obtêm, dos delatores, muitos dos quais fragilizados, informações falsas que deveriam ser fornecidas espontaneamente e não em tais condições.

Em situação análoga, em que a palavra do delator não se confirma,

Senador quer rediscutir delação premiada

O procurador-geral da República age corretamente e pede o arquivamento do inquérito em relação ao governador Flávio Dino, do Maranhão, irmão do seu fraternal amigo e colega de Ministério Público, Nicolau Dino. Mais uma vez, dois pesos e duas medidas", disse o senador, comparando a decisão a um caso em que ele próprio segue como investigado.

Ele criticou diretamente o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, a quem acusa de manter contra ele inquérito aberto apenas para "criar volume de investigação".



Renan Calheiros subiu à tribuna do Senado Federal para criticar fortemente o procurador Rodrigo Janot

"O procurador-geral da República, corretamente, depois da esclarecedora acareação de Youssef e do tal Ceará, arquivou as investigações em relação a uns Senadores e, na linha da deslealdade que pratica comigo, deixou-me pendurado no inquérito e na investigação, que não caminha porque não anda e não se resolve. Fica aí apenas servindo ao propósito de criar volume de investigação", afirmou, em relação a delações do delator.

O senador propôs, ainda, um debate sobre a necessidade de aperfeiçoamento do instituto das delações premiadas.

"Daí a necessidade de pensar no aperfeiçoamento do instituto da colaboração premiada, que, bem-conduzida, produz excelentes resultados, permitindo a descoberta de provas de crimes, mas que não deve ser desviado para servir à impunidade e à perseguição de pessoas inocentes. Condenações seletivas, antecipadas e sem provas não fazem bem ao processo democrático e, com todo o respeito, beiram ao ridículo", afirmou.

Roberto Rocha critica "flechas" de Janot

Em aparte ao discurso de Calheiros, o senador Roberto Rocha (PSB) criticou as "flechas" utilizadas pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para denunciar políticos implicados na Operação Lava Jato. Ele endossou a tese do peemedebista de que o representante da PGR age com dois pesos e duas medidas.

"O governador do Maranhão foi denunciado, e, ontem, o Procurador-Geral da República pediu o arquivamento da sua denúncia. Eu me recordo de que, há pouco tempo, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, disse - em uma frase um tanto quanto infeliz, mas disse - que enquanto houvesse bambu haveria flecha. Parece que, nesse caso, está muito claro que o bambu do Janot serve para uns como flecha mortal, mas para outros como flecha de Cu-

pido, pelas razões e pelas ligações que Vossa Excelência disse dele com o próprio irmão do governador, seu subprocurador e seu candidato à própria sucessão", acendeu, referindo-se também a Nicolau Dino.

Ao comentar o aparte do colega, Calheiros lamentou a postura de Janot e lembrou, ainda, que o irmão do governador chegou mesmo a ser rejeitado pelo Senado após indicação para compor o CNMP.

"Nós lamentamos que, em situação análoga, o procurador-, a exemplo do que fez com Flávio Dino, irmão do seu fraterno colega e amigo Nicolau Dino, rejeitado por esta Casa e candidato de Janot à sucessão... Ele, com os mesmos motivos, não fez o que fez com o governador Flávio Dino, não pediu a sua absolvição", completou. •



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 01 / 09 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Coisa de amigo

A mídia comunista fez uma festa para a decisão do procurador Rodrigo Janot de pedir o arquivamento das investigações contra o governador Flávio Dino.

Nenhuma das matérias elaboradas no Palácio dos Leões, no entanto, conseguiu explicar por que Janot não fez o mesmo em outras ações com as mesmas inconsistências.

Para relembrar: o principal assessor do procurador é o irmão de Flávio Dino, Nicolao Dino, que o chefe da PGR tentou fazer sucessor no cargo de procurador.

Intrigante

É muito mais próxima do que tentaram aparentar notas oficiais do governo a relação do secretário de Saúde Carlos Lula e a funcionária-fantasma da pasta, Alana Coelho.

Afastada desde o início do ano, após uma forte briga entre os dois, a servidora continuou recebendo quase R\$ 10 mil dos cofres públicos sem trabalhar.

A manutenção da assessora - mesmo distante - parece uma espécie de "cala-boca" a uma aliada que se tornou desafeta.

Salário-saúde

A deputada Andrea Murad (PMDB) atingiu o xis da questão ao tratar do caso da funcionária-fantasma da Secretaria de Saúde.

- Se ela está afastada por enfrentar problemas de saúde, o correto seria encostá-la no INSS até que o problema fosse solucionado - alertou a deputada.

E foi a própria SES, em nota pública, quem revelou que o afastamento remunerado da assessora de Carlos Lula se dá por motivo de saúde.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 01/09/2017	Página 1ª pág.	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Na Câmara de SL

Regularização do Uber será votada na semana que vem



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 01/09 / 2017	Página 5	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Projeto de lei que regulariza o Uber em São Luís será votado na próxima semana

Projeto é de autoria do vereador Paulo Victor (PROS); na quarta-feira, 30, o desembargador Marcelo Carvalho suspendeu os efeitos da Lei nº 426/2017, que estava proibindo o Uber na capital maranhense

O projeto de lei do vereador Paulo Victor (Pros) que regulariza o Uber em São Luís deverá ser votado na próxima semana, na Câmara Municipal. A Casa não recorrerá da decisão do desembargador Marcelo Carvalho que suspendeu na quarta-feira, dia 30 de agosto, os efeitos da lei municipal que proibia o aplicativo na capital maranhense.

A proposta do vereador será apreciada nesta segunda-feira, dia 4, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, na sessão seguinte, a proposta deverá entrar em pauta. "A expectativa é que ele seja aprovado até a próxima semana", disse o vereador Paulo Victor.

Um dos pontos do projeto de lei do vereador diz que o profissional que exercer a atividade de transporte privado individual de passageiros utilizando aplicativos como o Uber deve utilizar veículo próprio ou de terceiros cuja capacidade será de, no máximo, sete pessoas.

Outro ponto afirma que o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) terá alíquota fixada em 5%, sendo base de cálculo o valor do serviço prestado e tomará como responsável tributário às Operadoras de Tecnologia e Transporte Credenciadas (OTTCS),

ficando esses obrigados a reter na fonte os valores relativos ao ISSQN e repassá-los aos cofres municipais.

Decisão

Na quarta-feira, dia 30 de agosto, o desembargador Marcelo Carvalho Silva, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), decidiu suspender os efeitos da Lei Municipal nº 429/2016, que estava proibindo a atuação do Uber na capital maranhense. Com a decisão do magistrado, a utilização do aplicativo pa-

ra o transporte de pessoas está liberada e amparada pela Justiça.

A decisão monocrática que concedeu a medida cautelar ad referendum será levada a julgamento na próxima sessão plenária do Tribunal de Justiça do Maranhão, independentemente de inclusão em pauta. No entendimento do relator da medida, a atividade é lícita e deve ser regulamentada, não proibida.

O magistrado atendeu à Ação Direta de Inconstitucionalidade

(Adin) interposta pelo procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, no dia 22 de agosto deste ano. A ação defendia que a lei, de autoria da vereadora Luciana Mendes e aprovada pela Câmara Municipal em 5 de julho de 2016, feria os artigos 147 (inciso I, 2º e inciso IV) e 174 (caput e § 1º) da Constituição do Estado do Maranhão

Nessa ação, o procurador-geral de Justiça afirmou que a lei municipal "se constitui em norma puramente proibitiva e proibir não é re-

SAIBA MAIS

Mesmo com a proibição, o Uber nunca deixou de funcionar em São Luís, o que levou a manifestações por parte dos taxistas por diversas vezes. Na semana passada, a categoria realizou um protesto no centro da cidade, causando engarrafamento em

gularizar – o que fere uma série de princípios constitucionais, notadamente o da livre concorrência, do livre exercício da atividade econômica e o direito de escolha do consumidor".

O texto também chamava a atenção para a diferenciação entre "transporte público individual" e "transporte privado individual". O primeiro é um tipo de serviço privativo dos taxistas, já o segundo, no qual se enquadra o Uber, não depende de concessão pública. Diante da flagrante inconstitucionalidade da norma, a Adin requereu, em medida liminar, a imediata suspensão da Lei Municipal nº 429/2016.

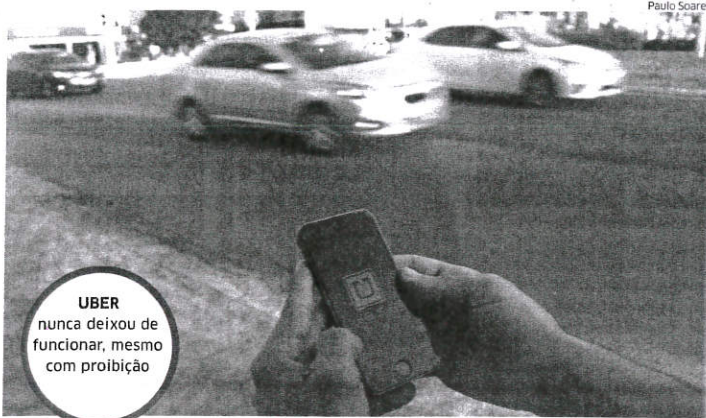
Já o desembargador Marcelo Carvalho Silva atendeu à manifes-

tação do Ministério Público do Maranhão (MPMA) e suspendeu o efeito da Lei Municipal nº 429/2016, que proibia o uso do aplicativo Uber em São Luís.

Em sua decisão, o magistrado deixou claro que proibir o uso de aplicativos de transporte privado seria garantir um monopólio ilegítimo aos taxistas, não sendo dessa forma uma prática saudável para o mercado e para a livre concorrência.

"A proibição do livre exercício de atividade, sob o pretexto de ausência de regulamentação, constitui violação ao princípio da livre iniciativa, que traz como consequência a afronta à liberdade de concorrência, porquanto não estimula a competição sadia entre taxistas e motoristas particulares, protegendo o interesse dos profissionais de taxi em detrimento à liberdade de escolha dos consumidores", disse o desembargador na sua decisão.

Ele afirmou também que o transporte privado de passageiros, como se caracteriza o Uber, é permitido por lei. "O transporte individual remunerado de pessoas retira o seu fundamento na disciplina do contrato de transporte previsto nos artigos 730 e seguintes do Código Civil, sendo atividade lícita", destacou o desembargador Marcelo Carvalho. ●



Paulo Soares



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	<input type="checkbox"/> Outros
DATA 01/09/2017	Página 6	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Greve de docentes do Município completa um mês

Eles estão mobilizados na sede da Semed e só devem sair com resposta positiva para demandas

A greve dos professores da rede municipal de ensino de São Luís completa um mês nesta sexta-feira, dia 1º. A categoria continua ocupando o prédio da Secretaria Municipal de Educação (Semed), localizado no bairro São Francisco e não há nenhuma previsão para o término do movimento paredista.

A paralisação está sendo organizada pelo Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (Sindeducação). Com a greve da categoria, o calendário letivo fi-

cará comprometido, causando prejuízos para estudantes.

Segundo a entidade, o movimento é decorrente da falta de negociações com relação ao reajuste salarial 2017 e por causa da lentidão na reforma de escolas municipais. De acordo com o sindicato, mais de 30 escolas na capital não iniciaram o ano letivo por falta de condições dos prédios, que não oferecem estrutura adequada e segurança para professores e alunos.

A categoria decidiu pela greve geral depois que a Prefeitura de São

Luís saiu da última mesa de negociação sem oferecer nenhum reajuste para os profissionais do magistério. A proposta de reajuste salarial deliberada em assembleia e encaminhada à Prefeitura de São Luís é de 7,64%, mais o parcelamento das perdas salariais que chegam a 16,07% e ainda uma gratificação de incentivo à docência de R\$ 400,00 para os professores efetivos, de acordo com o Sindeducação.

Illegal

No dia 8 de agosto, a Justiça determinou a suspensão da greve dos professores de São Luís, por meio de decisão expedida pelo desembargador Ricardo Duailibe. Ainda de acordo com a decisão, em caso de descumprimento os docentes deveriam arcar com o pagamento de multa diária no valor de R\$ 100 mil.

Leia a íntegra desta notícia
no oestadoma.com/433807



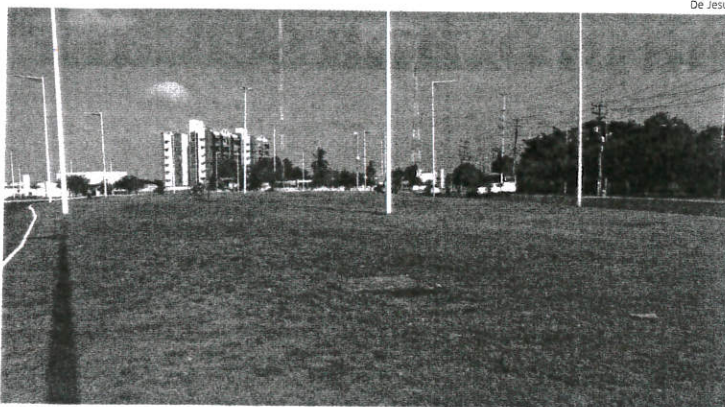
MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 01 / 09 / 2017	Página 6		

São Luís tem apenas 32,3% de vias públicas arborizadas, aponta pesquisa

Dados são do IBGE e mostram que cidade está na 172ª posição no quesito arbóreo, em comparação aos outros 216 municípios do Maranhão; desmatamento é uma das causas da posição tão ruim no ranking



São Luís é uma cidade pouco arborizada, segundo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que São Luís possui apenas 32,3% das vias públicas arborizadas. Segundo o Censo elaborado pelo IBGE, a cidade está na posição 172 no quesito arbóreo, em comparação aos outros 216 municípios do Maranhão.

Segundo o doutor em Engenharia Ambiental Lucio Macedo as principais causas da permanência nas últimas posições do ranking ecológico urbano são o desmatamento, a interferência dos maquinários para a implementação de ruas e avenidas e a localização dos conjuntos habitacionais. "Sabe-se que um problema pode levar ao outro. Portanto, a remoção das árvores, principalmente nas zonas periféricas da capital, interfere até no escoamento das águas da chuva, pois a ausência da arborização acelera o processo de deslocamento do solo", res-

O engenheiro ainda destaca que a ocupação desenfreada da população em áreas de proteção ambiental, especificamente nas áreas "estuarinas", ou seja, em áreas de mangue, é um fator que distancia qualquer possibilidade da restituição das árvores em médio prazo. "Infelizmente, as regiões estuarinas não estão preservadas. O problema é intensificado por causa dos 350 bairros situados nestas áreas de mangue", afirma ele.

Realidade

A qualquer momento do dia é possível ver alguém reclamando do calor na capital e buscando pelo menos a sombra de uma planta para se proteger. Esta situação facilmente constatada no cotidiano, revela o quanto às alterações climáticas influenciam nos alicerces da saúde pública e comprovam de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), que as altas temperaturas

um bom planejamento urbano, de maneira a valorizar a preservação do meio ambiente; em especial, dar mais atenção aos programas de arborização em vias públicas.

Alternativa

Já que grande parte da Ilha de São Luís está tomada pelas taxas altas de vias com camada asfáltica que refletem indevidamente o calor e pela concentração de moradores em áreas que deveriam ser preservadas, a solução em curto prazo para incluir o verde na cidade ludovicense e atenuar o desconforto térmico, segundo o engenheiro Lucio Macedo, seria investir na restituição de coberturas em gramados e intercalálos com outros tipos de vegetações. Desta forma, a radiação solar iria ser convertida na superfície das plantas e o ar seria resfriado com mais facilidade.

O Estado entrou em contato com o Instituto Municipal de Paisagem

SAIBA MAIS

Além da grama, algumas espécies de árvores são bem-vindas na capital maranhense; proporcionariam conforto térmico e consequentemente colaborariam para a qualidade de vida da população, tais como:

- mangueiras
- cajueiros
- *Avicennia schaueriana* e as *Rhizophora* (espécies de mangue)
- Alguns tipos de palmeiras nativas da região como por exemplo: carnaúbas, anajás, macaúbas e ariris

que foram plantadas entre o período de 2014 a 2017, (época em que foi fundado o programa (São Luís- Cidade Jardim, objetivando melhorar o tecido verde da cidade), foi feita parceria com as comunidades por meio dos Comitês Gestores. Para proteger as 4 mil plantas, oriundas deste projeto.

A Prefeitura informa que a população faz sua parte por meio da preservação dos exemplares, e o Município entra com ações de poda ou identificações técnicas, caso ocorram possíveis danos. ●

ra, responsável pela conservação e manutenção da paisagem urbana de São Luís, e foi informado que para prolongar a vida útil das mudas



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 01/09/2017	Página 1	<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Fonte das Pedras começa a ser revitalizada com limpeza e retirada de moradores de rua

Ponto turístico também receberá reparos na iluminação e melhorias em toda a sua estrutura

Um projeto para requalificação da fonte está em tramitação, e neste mês dever ser licitada a obra

LUCIENE VIEIRA

Um dos principais pontos turísticos da região central de São Luís, a Fonte das Pedras começa a ganhar novos ares após receber ações de limpeza e retirada dos moradores de rua, que usavam o espaço como moradia. Localizada entre as ruas Antônio Rayol e São João, a fonte sofreu por muitos anos com a ação de vândalos, depredando e sujando o lugar, que serviu de abrigo para as tropas de Jerônimo de Albuquerque durante a expulsão dos franceses.

Por falta de vigilância, a Fonte das Pedras, que tem potencial para ser um dos lugares mais aconchegantes do centro da capital maranhense, foi depredada e virou ponto de concentração dos moradores de rua, além de contar com a presença de usuários de droga. Porém, a partir de uma ação civil proposta pelo Ministério Público Federal do Maranhão (MPF/MA), a Justiça Federal determinou, liminarmente, que fossem adotadas providências no local. Na primeira decisão, ainda em 2014, foi estabelecido o prazo de 30 dias para que a Prefeitura de São Luís iniciasse o controle do uso da fonte, por meio da implantação de vigilância. Na decisão judicial, também foi determinado o serviço de limpeza e, no prazo de seis meses, a realização das obras urgentes de conservação e reparos, conforme projeto e cronograma do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Neste mês, a Prefeitura iniciou serviços de melhorias na fonte. Conforme informações obtidas pela reportagem do Jornal Pequeno, inicialmente estão sendo realizadas ações de limpeza – duas vezes por semana –, além de reparos no sistema de iluminação. O JP também apurou que está em andamento um processo licitatório para um projeto de requalificação do lugar, e que sua execução ficará por conta do governo do Estado.

A informação foi confirmada, em nota, pela Secretaria de Estado da Cultura e Turismo (Sectur), comunicando que o projeto de revitalização da Fonte das Pedras segue em tramitação. E que o edital de licitação para contratação da empresa responsável pela reforma deve ser lançado até o final de setembro. A Sectur informou ainda que “tão logo finalizados os trâmites legais, as obras deverão ser iniciadas”.

REFORÇO NA SEGURANÇA

Pessoas que trabalham por perto ou circulam com frequência pela região disseram que, há uma semana, a Prefeitura teria destinado homens da Guarda Municipal para reforçar a segurança da fonte, ficando responsáveis, inclusive pela abertura e fechamento dos portões em horários pré-determinados, além de fazerem rondas preventivas e ostensivas, no intuito de garantir que o local não volte a ser habitado por pessoas em situações de rua, que teriam desocupado o ponto turístico a partir do

início das ações de vigilância.

Atualmente, sem os moradores de rua, e sob a proteção da sombra generosa de velhas árvores, Manoel Domingos dos Santos e Vilderlover Soares recuperavam as energias na fonte, acomodados nos bancos de madeira, na manhã de ontem. “Não são nem 11h, mas eu já almocei e vim descansar um pouco aqui, sentado neste banco”, informou Vilderlover, que disse morar distante da Fonte das Pedras, mas, sempre que vai ao Centro, costuma frequentar o espaço. “Toda semana estou aqui. Sem emprego, afastado pelo INSS, e tendo que revolver questões da Previdência pelo centro da cidade, coloco-me no meu roteiro, as vindas à fonte”, afirmou Manoel dos Santos. Os dois disseram que não se intimidavam com a presença dos moradores de rua; porém, o lugar estaria bem melhor sem eles. Brenda de Francys Amorim da Silva, de 24 anos, moradora do Anjo da Guarda, e que trabalha no camelódromo – na Avenida Magalhães de Almeida, afirmou que sempre vai à Fonte das Pedras.

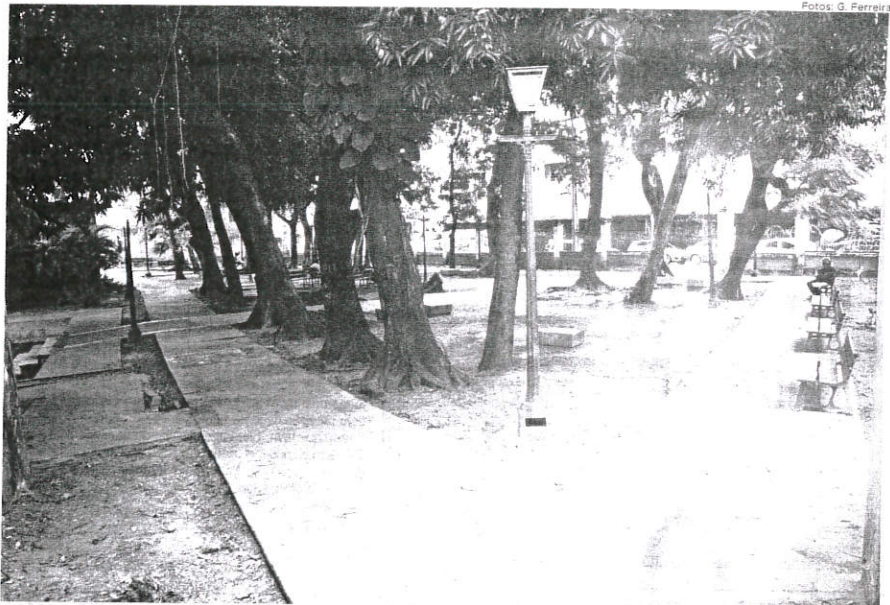
“Costumo vir aqui desde criança, a partir dos meus seis anos de idade, quando meus pais me traziam. É um lugar cheio de nostalgia, que tive que abandonar por medo de vândalos e usuários de droga, mas atualmente os agentes da Guarda Municipal estavam aqui, e eu estou satisfeita com a limpeza do espaço e sem os moradores de rua”, declarou Brenda, dizendo estar satisfeita com as mudanças. Além da retirada das pessoas em condições de rua, e daquelas que consumiam entorpecentes, e depredavam o local, todo o espaço da Fonte das Pedras está mais limpo, sem folhas no chão e sem os papelões nos bancos. O esgoto estourado que deixava a água suja escorrer pelo passeio público, e provocava mau cheiro, também passou por reparos.

PENDÊNCIAS

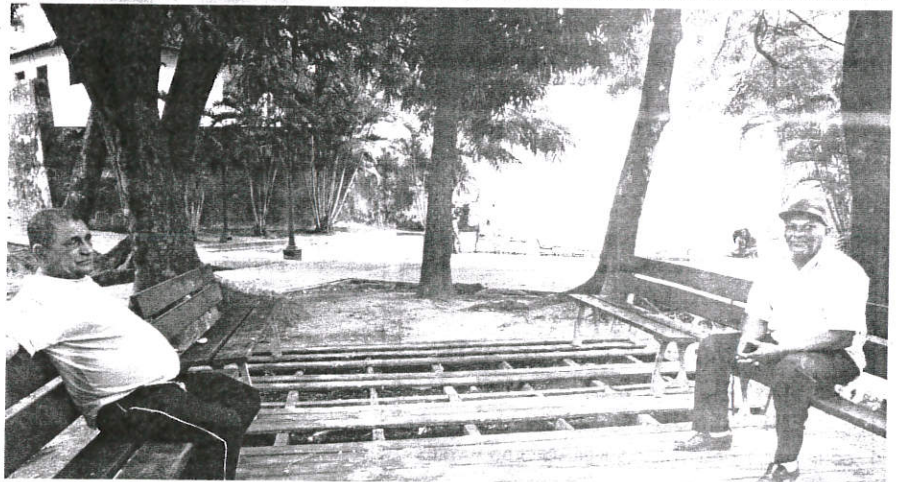
Mas, mesmo com algumas melhorias já realizadas pela Prefeitura de São Luís, o local ainda permanece com pendências estruturais, que devem ser resolvidas com a obra de revitalização. Entre os problemas estão as telhas da cobertura dos banheiros (que somente os moradores de rua os utilizavam) e a placa de identificação do logradouro quebradas, e os bancos quebrados.

HISTÓRICO

Edificada pelos holandeses, a Fonte das Pedras serviu de base para as tropas de Jerônimo de Albuquerque quando da expulsão dos franceses, no século 17. Suas águas não corriam tanto, por isso não era de serventia à população local, que recorria a outras a grande distância. mas satisfiziam as necessidades das embarcações que atravessavam o mar ou seguiam para o interior. Ladeada pelas Ruas do Mocambo e da Inveja e com fundos que se confrontam com os da antiga Fábrica Santa Amélia, a fonte foi tombada pelo Iphan, em 1963.



Limpa e sem a presença de moradores de rua, a Fonte das Pedras voltou a ser frequentada; mas ainda necessita de outras melhorias



Fotos: G. Ferreira



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	
DATA 01 / 09 / 2017	Página 2	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Caso Mariana Costa Segunda perícia psiquiátrica de Lucas Porto terminou ao meio-dia

A segunda perícia psiquiátrica no empresário do ramo da construção civil Lucas Leite Ribeiro Porto, de 37 anos, feita nessa quinta (31) no Hospital Nina Rodrigues (Monte Castelo), terminou às 12h. Lucas estuprou e assassinou por sufocamento (com um travesseiro) a cunhada – a psicóloga Mariana Menezes de Araújo Costa Pinto, 33 – no apartamento da vítima, no 9º andar do Condomínio Garvey Park, no Turu, em 13 de novembro de 2016. O crime teve grande repercussão no Maranhão e nacionalmente. Na primeira perícia, ocorrida no mesmo hospital no dia 17 passado, um irmão de Lucas, identificado como Mateus Porto, agrediu uma das irmãs de Mariana, Juliana Costa, que registrava em fotos a presença do ex-cunhado. Lucas era casado com Carolina Costa, outra irmã de Mariana. Carolina já declarou, em relatos nas redes sociais, que o ex-marido nunca teve problemas mentais. Ao menos outras duas perícias, além da realizada ontem (31), ainda serão feitas. Lucas Porto está preso em Pedrinhas, de onde foi trazido para a perícia em meio a um forte esquema de segurança. Os poucos parentes de Mariana Costa que estavam na entrada do Nina Rodrigues – um primo e duas tias – não puderam se aproximar do acusado. As perícias psiquiátricas visam constatar a sanidade mental de Lucas, já que a defesa do empresário, representada pelo famoso advogado cearense Paulo Quezado, pretende alegar que ele tem problemas psiquiátricos. Quezado e a família de Lucas Porto também devem tentar derrubar a acusação de estupro, argumentando que o que ocorreu no apartamento da vítima, no dia do crime, “na verdade foi um adultério”, como já declarou numa entrevista a mãe do homicida, Heliene Leite Ribeiro Porto.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 01 / 09 / 2017	Página 1	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

DE VOLTA PRA CASA

Fugitivo de São Paulo é recapturado em Caxias

Investigadores da Delegacia Regional de Caxias deram cumprimento ao mandado de prisão contra Rieferson Queiroz, de 21 anos, foragido da Justiça do estado de São Paulo. Consta que o mandado de prisão preventiva foi expedido pela Vara de Execuções Penais de Itanhaém/SP, onde Rieferson cumpria pena de sete anos e três meses, condenado por crime de roubo. Ele foi beneficiado com saída temporária, no Dia das Mães deste ano, e não retornou ao presídio.

O delegado Jair de Paiva, titular da Regional da Polícia Civil, em Caxias/MA, disse que Rieferson ainda precisa cumprir cinco anos e dois



Rieferson volta à prisão

meses de pena. Ele apresenta, no corpo, tatuagens características de membro de facção criminosa e veio para Caxias com o propósito de morar com a família. (DC)

FATALIDADE

Jovem morre ao cair de moto no Monte Castelo

Na noite da última quarta-feira (30), um grave acidente, com uma vítima fatal, aconteceu no Monte Castelo. Um jovem de 27 anos morreu, vítima de traumatismo craniano ao sofrer violenta queda.

Domingos Inácio dos Anjos, morador da Rua Eurípedes Bezerra, no Turu, viajava em sua motocicleta Honda de

placa NWW-9849, pela avenida Getúlio Vargas, no Monte Castelo, próximo ao Santuário de Nossa Senhora da Conceição, quando tentou desviar de outra motocicleta, perdendo o controle do veículo e caindo na calçada. Ele bateu com a cabeça contra o meio-fio, causando-lhe traumatismo craniano e a consequente morte. (DC)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 01 / 09 / 2017	Página <i>laxa</i>		



Lucas Porto, acompanhado de policiais, na chegada ao hospital

Lucas Porto é submetido a novo exame de sanidade

Exame foi feito por determinação judicial. Defesa alega que o acusado de matar Mariana Costa sofre de transtornos. **POLÍCIA 9**



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA		
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Polícia		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder			
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog			
DATA 01 / 09 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa		

'Caso Rubem Saraiva' tem audiência de instrução nesta manhã no Fórum de SL

Fotos | Divulgação

OSWALDO VIVIANI

Está marcada para a manhã desta sexta (1º), no Fórum do Calhau, a audiência de instrução do caso do assassinato do ex-jogador de handebol Rubem Miranda Saraiva, executado com 11 tiros, no dia 8 de novembro de 2014, no bairro da Forquilha, em São Luís.

Foram intimados pela Justiça para comparecer à audiência os três acusados pelo crime: Jéssica Cardoso Gomes (que na época do crime era ex-companheira da vítima), Mário Rodrigo Cardoso Gomes (irmão de Jéssica) e Walber Macedo Gomes (tio de Jéssica). Apenas Walber – apontado como o executor do atleta – está preso, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Ele foi detido no Cohatrac, em dezembro de 2015. Jéssica e Mário Rodrigo nunca foram presos.

O ASSASSINATO

Rubem Miranda Saraiva, 39 anos – ex-jogador profissional de handebol, que trabalhava como programador de sistemas – foi



Rubem Saraiva foi executado com vários tiros, numa rua sem saída da Forquilha; Walber Gomes é apontado como o executor



perseguido por um Corsa Classic branco, ao sair, também de carro, de seu local de trabalho, no início da tarde (cerca de 13h) de 8 de novembro de 2014. Ao perceber que estava sendo seguido, Rubem começou a entrar e sair de várias ruas, até que entrou em uma via sem saída, onde foi executado a tiros de pistola, quando saiu do interior de uma residência. Ocupavam o carro perseguidor

Mário Rodrigo Cardoso Gomes (irmão da ex-companheira de Rubem, Jéssica Cardoso Gomes) e Walber Macedo Gomes (tio de Jéssica, que teria efetuado os disparos).

O caso foi apurado pelo delegado Guilherme Sousa Filho, da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP). Os acusados declararam à polícia que Rubem Saraiva não aceitava a separação de Jéssica e a

ameaçava. Ela era defendida pelo tio e pelo irmão (que chegou a ter uma briga física com Rubem, dias antes do homicídio). “Durante o trabalho investigativo, acabou constatado que, no dia do assassinato, Jéssica Cardoso teria atraído a vítima para a sua residência, e no decorrer do percurso esta foi interceptada por Walber e Mário Rodrigo”, explicou o delegado Guilherme Sousa Filho.

Divulgação



Momento em que o corpo de Cícera Raquel era colocado no rabeção do IML

SHPP apura morte de mulher em apartamento no Gran Park

A Superintendência Estadual de Proteção à Pessoa (SHPP) deu início às investigações para apurar as circunstâncias da morte de Cícera Raquel Oliveira, de 28 anos. Ela foi encontrada já sem vida na manhã de ontem (31), por volta das 10h, dentro de seu apartamento, no Condomínio Gran Park – Edifício Andorinhas, localizado na Avenida Neiva Moreira, no bairro do Calhau.

Conforme as primeiras informações, colhidas no local, Cícera teria sido achada com uma toalha de banho enrolada no pescoço e morreu por enforcamento. O corpo dela foi encontrado pelo marido, que acionou a polícia. Familiares de Cícera informaram ao delegado Filipe Freitas, da SHPP, que a mulher passava por problemas psiquiátricos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política	() Cidades / Vida () Geral (X) Polícia
() O Imparcial	() A tarde		
(X) Pequeno	() Correio de Notícias		
() Debate	() O quarto poder		
() Extra	() Internet / Blog	() Outros	
DATA 01 / 09 / 2017	Página 12	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Divulgação/Senarc



Durante cumprimento de mandado de busca, Elaine Maria foi flagrada com drogas

Senarc localiza mulher com drogas dentro de casa em Timon

A Polícia Civil, por meio da Superintendência Estadual de Combate ao Narcotráfico (Senarc), unidade do município de Timon, com o apoio do Canil da Polícia Militar do Piauí (PMPI) e Delegacia Regional de Homicídios de Timon, deu cumprimento ao mandado de busca e apreensão, expedido pela 1ª Vara Criminal de Timon, para a casa de Elaine Maria Soares de Oliveira. A ação foi realizada nessa quinta-feira (31), por volta das 15h30.

Conforme os investigadores, no interior da residência foram encontradas porções de maconha, cocaína, crack, além de munições de calibres 38 e 32. Também foi localizado dinheiro, resultante da comercialização das substâncias entorpecentes. Diante das circunstâncias, foi dada voz de prisão a Elaine pela prática do crime de tráfico de drogas. Ela, conforme a Polícia Civil, é ex-mulher do assaltante de banco Lucas Baggio Reis Machado, atualmente foragido.

Elaine foi conduzida para a Central de Flagrantes de Timon, para que fossem realizados os procedimentos de praxe.

DRF evita assalto a estabelecimento comercial e prende quatro criminosos

CLARA FONSECA
ESPECIAL PARA O JP

Investigadores da Delegacia de Roubos e Furtos (DRF) prenderam, por volta das 2h da madrugada de ontem (31), Fernando Jorge Freire Correa, conhecido como "Coelho", de 29 anos; Luís Cláudio dos Montes Ribeiro, o "Gugu", 23; Helton Silva, 33; e Kaike da Silva Sales, o "Gordinho", 24 anos. Segundo o delegado Tiago Dantas, adjunto da DRF, o bando estava se preparando para assaltar um estabelecimento comercial, quando foram abordados pelos investigadores no bairro da Vila Luizão.

Em poder deles, ainda conforme o delegado, foram encontrados um revólver calibre 38, uma pistola ponto 40 – da Polícia Militar do Maranhão, além de um maçarico, que seria utilizado no roubo. O material apreendido estava dentro do veículo Celta prata, ocupado pelos assaltantes.



Divulgação/DRF

Bando foi flagrado com armas e maçarico, quando se preparava para cometer assalto

O delegado informou, ainda, que Fernando Jorge possui contra si quatro mandados judiciais em aberto pelo roubo, além de dois processos que tramitam na Justiça pelo crime de homicídio. Todos os presos foram autuados

pelos crimes de associação criminosa armada e porte ilegal de arma de fogo. Eles foram encaminhados ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde permanecerão à disposição da Justiça.

Divulgação/PM



Dupla presa pela Polícia Militar, na Estrada de Ribamar, após efetuar disparos em via pública

Policiais do 6º BPM capturam dois homens com arma de fogo

Policiais do 6º Batalhão da Polícia Militar (BPM) apreenderam duas armas de fogo, na manhã dessa quinta-feira (31). A guarnição realizava rondas no bairro da Cidade Operária, quando tomou conhecimento por populares de que dois homens estariam efetuando disparos em via pública. De posse das informações, a guarnição realizou incursões até que localizou, na MA-201 (Estrada de Ribamar), Francisco de Jesus de Sousa, de 50 anos; e Josenilton de Sousa, 54. De posse da dupla, foram

encontradas dois revólveres calibre 38, 11 munições e um veículo Hilux de cor branca, de placa OIZ-5759. Segundo o major Marcelo, comandante do 6º BPM, foi constatado junto ao banco de dados que um dos revólveres, de numeração Yd293640, consta como roubado e pertence à empresa Etapa Vigilância e Segurança Ltda, situada no bairro da Camboa. Todos os envolvidos foram apresentados no plantão do Maiobão para as providências legais.

(CLARA FONSECA, ESPECIAL PARA O JP)

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 01 / 09 / 2017	Página 7		

SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

Delegacia prende casal por tráfico de drogas

A Polícia Civil, por meio da DP Especial de São José de Ribamar, prendeu em flagrante na tarde da última quarta-feira (30), os nacionais Valdenor Lima Fiesca 34 anos vulgo "Bico" e Claudia Regina Vieira Mendonça 26 anos. Ambos foram presos pelos crimes de tráfico de drogas e associação ao tráfico de drogas.

De acordo o titular da Delegacia de São José de Ribamar, Jader Alves, o fato foi ocorrido no bairro Roseana Sarney/Morro do Urubu. A Polícia Judiciária em Ribamar vinha investigando o tráfico de drogas no Morro do Urubu e ao efetuar o "bote" no imóvel do casal, encontrou 17 trouxinhas de crack e apetrechos

para o tráfico de drogas.

Outra Prisão - Em continuação às prisões da DP Especial de São José de Ribamar, na manhã desta quinta-feira (31), deu cumprimento ao Mandado de Internação Provisória em desfavor de um menor de 17 anos, o qual na companhia de outro elemento efetuou vários disparos de

arma de fogo em seu desafeto W. R. F "vulgo Cavanhaque", atingindo-o no braço e abdômen.

O titular desta UPJ representou pela apreensão do menor o qual já é investigado por outros dois crimes de homicídio nesta Urbe. A prisão se deu no Poeirão, bairro Mutirão.

DUPLO HOMICÍDIO

Autor é preso em São Domingos do Maranhão



A prisão aconteceu após denúncia

A Polícia Civil do Maranhão deu cumprimento ao

Mandado de Prisão em desfavor de Antônio Pereira dos

Santos, conhecido por "Antônio de Lindalva". Ele fora preso pela equipe da Polícia Civil, do município de São Domingos do Maranhão/MA. A sua prisão aconteceu após ser denunciado, por agressões contra a sua atual companheira.

As informações dão conta, que a prisão foi decorrente ao atendimento de uma ocorrência policial, onde Antônio de Lindalva fora denunciado por agredir a sua companheira. Após a ação dos policiais da delegacia de São Domingos do Maranhão/MA, o acusado fora encaminhado para a delegacia e após averiguações foi descoberto que ele tinha dois Mandados de Prisões em aberto, por conta

de dois homicídios.

Em contato com o delegado titular de São Domingos do Maranhão, Otávio Cavalcante, ele relatou, que "O foragido da Justiça assumiu, após a prisão, que teria assassinado a própria esposa e a sua sogra, após um desentendimento". Antônio de Lindalva foi acusado de ter cometido o duplo homicídio na cidade de Acopiara/CE. Após os devidos procedimentos foi realizado o cumprimento ao mandado de prisão, expedido pela comarca de Acopiara-CE. Após ser preso, o mesmo encontra-se a disposição da justiça. A sua prisão já fora comunicado à Comarca de Acopiara-CE.

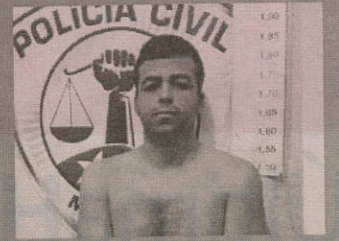


MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 01 / 09 / 2017	Página 7	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

ESTUPRO

Em uma ação realizada na tarde da última quarta-feira (30), a Polícia Civil, por meio da 15ª Delegacia Regional da cidade de Barra do Corda, conseguiu prender Carlos André Santos Silva, suspeito de cometer um crime de estupro na cidade de Bacabal. A prisão foi coordenada pelo delegado Renito Ferreira, informando que o preso é suspeito de ter praticado outros crimes da mesma natureza, inclusive contra uma menor de 12 anos.



Polícia Civil prende quatro suspeitos por tentarem praticar assalto a estabelecimento

De acordo com o delegado Thiago Dantas da DRF, os suspeitos utilizando um celta prata, preparava-se para assaltar um posto de combustível e arrombar um cofre com maçarico.

A Polícia Civil, por meio da Delegacia Especializada de Roubos e Furtos-DRF, em operação realizada na madrugada de quinta-feira (31), prendeu em flagrante Fernando Jorge Freire Correa, "Vulgo Coelho" 29 Anos, Luís Cláudio dos Montes Ribeiro, "Vulgo Gugu" 23 Anos, Helton Silva 33 Anos e Kaike Da Silva Sales, "Vulgo Gordinho" 24 Anos. Os cinco suspeitos foram presos pelo crime de associação criminosa no bairro da Vila Luizão.

De acordo com o delegado Thiago Dantas da DRF, os suspeitos utilizando um celta prata, preparava-se para assaltar um posto de combustível e arrombar um cofre com maçarico, quando foi interceptada pelas equipes da DRF, que no momento da abordagem foi encontrado no interior do veículo citado, 02 (duas) armas de fogo, sendo 01 (uma) pistola .40, pertencente à PMMA, e 01 (um)



Os cinco suspeitos foram presos pelo crime de associação criminosa

revólver calibre .38, além de um maçarico que seria utilizado no roubo.

O delegado disse ainda que um dos presos, Fernando Correa, o "Coelho", já possuía

04 (quatro) mandados de prisão em aberto por crimes de roubo e responde a 02 (dois) homicídios.

Diante dos fatos, todos os indivíduos foram autuados

pelos crimes de associação criminosa armada e porte ilegal de arma de fogo e serão encaminhados ao Complexo de Pedrinhas, onde permanecerão à disposição da justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política	() Cidades / Vida () Geral (<input checked="" type="checkbox"/>) Polícia
() O Imparcial	() A tarde		
() Pequeno	() Correio de Notícias		
() Debate	() O quarto poder	() Outros	
() Extra	() Internet / Blog		
DATA 01 / 09 / 2017	Página 9	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Polícia prende bandidos que planejavam assaltos na Ilha

Quatro homens foram detidos: um deles, chefe do bando, estava com quatro mandados em aberto por roubo, condenação de oito anos por homicídio e suspeito de outro crime

Quadrilheiros foram presos ontem, na Vila Luizão, por uma equipe da Delegacia de Roubos e Furtos (DRF) quando pretendiam assaltar um estabelecimento comercial na região. Com o grupo os policiais apreenderam um maçarico, um veículo Celta prata de placas não identificadas, e duas armas de fogo, entre elas uma pistola ponto 40 da Polícia Militar.

Os presos foram identificados como Fernando Jorge Freire, o Coelho, de 29 anos, líder do bando com quatro mandados de prisão pelo crime de roubo, uma condenação de oito anos por homicídio e é acusado ainda, de outro assassinato na capital; Luis Cláudio dos Montes Ribeiro, o Gugu, de 23 anos; Helton Silva, de 33 anos, e Kaique Silva Sales, o Gordinho, de 24 anos.

O delegado Marconi Matos, titular da DRF, informou que os policiais foram informados na quarta-feira, 30, que esses criminosos pretendiam assaltar um estabelecimento comercial na Ilha e que po-



Fernando Jorge Freire, Luis Cláudio Ribeiro, Helton Silva e Kaique Silva, presos por planejavam assaltos na Ilha

deria ocorrer nas primeiras horas de ontem.

Os policiais montaram campanha em vários pontos da cidade e por volta das 3h de ontem conseguiram abordar os assaltantes, na Vila Luizão, em um veículo Celta. Durante a revista foram encontrados o maçarico e as duas armas de fogo.

Ainda de acordo com o delegado, os quadrilheiros pretendiam atacar esse ponto comercial, render o vigilante e depois roubariam o dinheiro do cofre. "O maçarico servia para o arrombamento do cofre", explicou Marconi Matos.

Os detidos foram conduzidos para a sede da DRF, na Vila Pal-

meira, onde prestaram esclarecimentos e foram autuados pelos crimes de associação criminosa e porte ilegal de arma de fogo. Marconi Matos disse que a pistola, que teria sido furtada de um policial militar, ser periciada no Icrim, e seguida será devolvida ao Comando da Polícia Militar. ●

Foragidos presos por policiais da cidade de Caxias

Um dos capturados é paulista; ele havia deixado o presídio na saída do Dia das Mães e não retornou

Três foragidos de outros estados foram capturados ontem, em Caxias. Um deles foi Rieferson Queiroz, de 21 anos, que, segundo a polícia, havia um mandado de prisão expedido Vara de Execuções Penais de Itanhaém, em São Paulo, pelo crime de roubo. Ele havia sido beneficiado com a saída temporária do Dia das Mães deste ano, mas não retornou ao presídio.

O delegado Jair Paiva, da regional de Caxias, informou que o criminoso tem uma pena de 7 anos e 3 meses, mas cumpriu apenas 5 anos e 2 meses. Ao receber o benefício da saída temporária do Dia Das Mães, em maio, ele se mudou para o Maranhão, com toda a sua família.

O criminoso foi preso ontem e apresentado na Delegacia Regio-

SAIBA MAIS

Saidinha bancária no Renascença

O Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops) informou que no início da tarde de ontem ocorreu uma saidinha bancária. A vítima foi abordada por dois assaltantes após ter efetuado um saque no valor de R\$ 4.200,00 em uma agência bancária, localizada no Renascença II.

Mais prisão

A polícia apreendeu, ontem, um adolescente de 17 anos acusado de uma tentativa de homicídio, no bairro Mutirão, em São José de Ribamar. O delegado Jader Alves disse que o menor tentou matar a tiros um dos seus desafetos, identificado apenas como Cavanhaque. O adolescente foi ouvido e ainda ontem encaminhado para uma unidade de ressocialização da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), localizada na capital.

Em Raposa, foi preso Osvaldir de Jesus Frazão Pereira, de 28 anos, acusado de tráfico de droga e porte ilegal de arma de fogo. O detido foi ouvido na delegacia dessa cidade e, logo após, encaminhado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. ●

Preso se mudou com a família para o Maranhão

nal de Caxias onde prestou esclarecimento e deve ser transferido para São Paulo nos próximos dias. "Há tatuagens nesse fugitivo que fazem referência a uma facção criminosa", frisou o delegado.

Também em Caxias, foi preso um fugitivo do presídio da Papuda, do Distrito Federal, identificado como Antônio Pereira Sales, o Amaral, de 32 anos. Ele tem passagem pelo crime de roubo e porte ilegal de arma de fogo e havia fugido dessa unidade prisional em 2012.

O outro fugitivo é Rogério Queiroz Bonfarte, de 22 anos. O delegado disse que havia dois mandados de prisão expedidos pela 1ª e 2ª Vara Criminal expedido pela comarca de Diadema, em São Paulo, pelo crime de roubo.

NA WEB

Acidentes envolvendo motos causam mortes
oestadoma.com/433821

Mais notícias de Polícia em:
oestadoma.com.br

32 réus vão a julgamento este mês, no fórum

Não haverá sessões somente no 1º Tribunal do Júri, presidido pelo juiz Osmar Gomes dos Santos

Trinta e dois réus, acusados de assassinatos e tentativa de homicídio, serão julgados este mês no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. A primeira sessão de julgamento vai ocorrer na manhã de hoje, 1º, e tem como réu José de Ribamar Garcês Pereira, o Lucasou De Mene. Vou ainda Thobas.

José Garcês está preso na Penitenciária de Pedrinhas acusado de assassinar a tiros Francinaldo Amaral Souza, no dia 9 de novembro de 2014, no bairro da Vila Palmeira. Além de José Garcês Pereira, também serão julgados pela 2ª Vara do Júri que tem como juiz titular Gilberto de Moura Lima, os acusados

Christian Carmo Amorim dos Santos, Alexandre Siqueira de Jesus, Fernando Pereira Mendes, Dorivan Amorim Pereira, Jefferson Robert Campos Santos, Cícero Tiago Belo de Sousa, Cosme José Teixeira Maciel, Rogério Furtado de Sousa, Valter Luiz Bastos Cantanhede, Luciano George da Silva, Gilcimar Ferreira Sousa, Werderson Marques Ramos e Maxwell Lopes Silva.

Já pelo 3º Tribunal do Júri, que é presidido pela magistrada Kátia Coelho de Sousa Dias, serão julgados os réus Wallison Luis Rodrigues dos Santos, Francinaldo Sobreira de Sousa, Leonardo Sousa Cutrim e Renilson Soares Ferreira, José Fernando Costa Santos, Marcelino Macedo Sellares, Jomar Roberto

Ferreira da Cruz, Francisco de Assis Santos Moreira, Edney Joanh Pereira e Márcio Araújo da Silva.

As sessões da 4ª Vara do Júri durante o mês de setembro ocorrerão sempre às segundas e quartas-feiras e serão presididas pelo juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior. Nesta Vara estão previstos para serem julgados Edmilson Tavares da Silva, Pedro dos Santos, Jorge Henrique Costa Mendes, Genilson dos Santos da Silva, Luiz Henrique Lopes Ribeiro, Denilson Coelho Silva e Carlos Alberto Cantanhede.

No 1º Tribunal do Júri, que é presidido pelo juiz Osmar Gomes dos Santos, não haverá julgamento, mas já estão marcadas as sessões para o mês de outubro. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 01 / 09 / 2017	Página 9	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Porto volta ao Nina Rodrigues para novo exame de sanidade

Defesa alega que o acusado pelo assassinato da publicitária Mariana Menezes de Araújo, sua cunhada, sofre de transtornos mentais; pedido foi acatado pelo juiz José Ribamar Goulart Júnior, da 4ª Vara do Tribunal do Júri

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

O empresário Lucas Leite Ribeiro Porto, de 33 anos, voltou ontem ao Hospital Nina Rodrigues, no Monte Castelo, para mais um exame de avaliação de sanidade mental, por determinação judicial expedida pelo juiz titular da 4ª Vara do Tribunal do Júri, José Ribamar Goulart Júnior. O primeiro exame ocorreu no último dia 17. O resultado está previsto para sair no prazo de 60 dias. Porto é acusado de ter assassinado e estupro a sua ex-cunhada, a publicitária Mariana Menezes de Araújo Costa Pinto, fato ocorrido no dia 13 de novembro de 2016, no interior do apartamento da vítima, no bairro do Turu.

Ele chegou ao Nina Rodrigues por volta das 10h na viatura do sistema penitenciário, acompanhado de agentes armados. Porto foi diretamente para o consultório onde será avaliado pelos psiquiatras. Parentes da vítima, os pais do acusado e o advogado de defesa, Diego Miranda, também estiveram no hospital.

O advogado Diego Miranda informou que esse exame foi solicitado pela defesa quando da realização da segunda audiência de



Lucas Ribeiro Porto quando chegava ao Nina Rodrigues para novo exame de sanidade cercado pela polícia

instrução, ocorrida no dia 18 de maio deste ano, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. O pedido foi acatado pelo juiz José Ribamar Júnior.

Ainda segundo Diego Miranda, Porto está sendo avaliado por dois psiquiatras do Nina Rodrigues, que foram designados pelo Poder Judiciário, e mais dois médicos assistentes. "Pedimos esse exame de-

vido os transtornos sofrido pelo meu cliente", disse o advogado.

Desconhece

O primo da vítima, Carlos Roberto Lima, declarou que a sua família desconhece se Lucas Porto sofria ou tenha sofrido algum tipo de transtorno mental e que tenha realizado algum tipo de tratamento relacionado a esse tipo de patolo-

gia em alguma clínica na capital. "Esse rapaz conviveu um determinado tempo com meus familiares, mas não manifestou nenhum tipo de transtorno", declarou Carlos Lima.

Ele afirmou, também, que a família almeja apenas a verdade e que a justiça seja feita e o acusado pague pelo crime que cometeu. "Não estamos aqui para fazer ne-

ENTENDA

Morte da publicitária

Mariana de Araújo Costa, de 33 anos, foi encontrada desacordada em seu apartamento, no bairro do Turu, no dia 13 de novembro do ano passado. Lucas Leite Ribeiro Porto, cunhado da vítima, foi conduzido pela polícia para o Centro de Triagem de Pedrinhas no dia seguinte, já que as imagens das câmeras do circuito de TV do condomínio mostraram quando ele saía correndo pelas escadas do prédio. Segundo investigações, Porto teria matado a cunhada sufocada com um travesseiro e cometido violência sexual.

nhum tipo de alarde, mas desejamos apenas a verdade sobre o fato e que seja feita justiça", desabafou.

Violência

A irmã da publicitária e ex-esposa de Lucas Porto Juliana Costa foi agredida fisicamente pelo ex-cunhado, Mateus Porto, no pátio do Nina Rodrigues no dia último dia 17, quando da realização da primeira avaliação. Esse caso está sendo investigado pela equipe da Delegacia Especial da Mulher (DEM).

Juliana Costa disse que estava esperando o acusado sair do exame já que pretendia fazer algumas fotos e vídeos dele, mas, na saída, ela acabou coagida por diversas vezes e agredida fisicamente por Mateus

“ Não estamos aqui para fazer nenhum tipo de alarde, mas desejamos apenas a verdade sobre o fato e que seja feita justiça”

CARLOS ROBERTO LIMA
primo de Mariana Costa

Porto. "Eu estava tirando fotos do acusado na saída do exame, mas o Mateus veio para cima de mim e ficou o tempo todo me coagindo", explicou Juliana Costa. ●